



## 2.8 • As Forças Armadas dos PALOP

### Forças Armadas em África e as acções militares no continente (I)

Isabel Ferreira Nunes  
Rita Duarte

UMA ANÁLISE DAS FORÇAS ARMADAS AFRICANAS e respectivas acções militares em África tem necessariamente como enquadramento de fundo as consequências de quatro momentos históricos sucessivos: o da descolonização, o da bipolaridade, o do pós-Guerra Fria e o do pós-11 de Setembro<sup>1</sup>. Se o primeiro e segundo momento vieram agregar as novas nações independentes em dois polos distintos: estados alinhados e não alinhados, o terceiro e quarto tiveram uma dupla consequência. Por um lado proporcionaram uma crescente afirmação dos Estados africanos em relação às pressões e interesses de potências externas, às consequências das crises económicas e financeiras e à influência e dependência militar face a anteriores potências ocupantes dando lugar a um novo eixo de relacionamento Sul-Sul. Por outro lado, não pouparam o continente Africano às consequências da transnacionalização da ameaça terrorista, à radicalização islamista, aos efeitos do crime organizado, do narcotráfico e da proliferação armamentista, a uma crescente fragilização das sociedades, à competição pelos recursos naturais, à insegurança alimentar e à deterioração dos ecossistemas.

A esta nova dinâmica Sul-Sul não são também alheios os efeitos positivos da globalização, da interdependência entre os fenómenos políticos e securitários, da disseminação de regimes internacionais de relacionamento externo, da afirmação de instituições de integração económica regional e da regionalização de novas arquitecturas de segurança e defesa, inseridas no contexto de organizações políticas e económicas.

#### Condicionalismos regionais

A crescente participação de forças militares africanas em operações de paz tem seguido um registo de envolvimento regional semelhante ao de muitos estados do hemisfério norte em dois sentidos. Por um lado, as Forças Armadas africanas passaram a responder aos desafios da internalização da segurança internacional e externalização da segurança interna. Por outro, os Estados africanos passaram a integrar organizações regionais de matriz económica, mas cujo campo de actuação se estendeu para as áreas da segurança e defesa, no plano de novas competências e para a prevenção e resolução de crises e conflitos regionais, no quadro da actuação ex-

terna. Estas novas formas de integração vieram não só fomentar processos internos de mudança política no continente, como vieram também promover práticas de relacionamento regional no continente Africano, tendentes à redução da ocorrência de situações de ingerência inter-estatal, ao desenvolvimento de formas de apropriação por parte dos Estados africanos de soluções locais para problemas locais. Uma acção eficaz por parte destas organizações regionais, sejam estas de pendor económico e social ou actuem no exercício de dimensões militares e não militares da segurança implicará ultrapassar a resistência de muitos parceiros africanos em relação a formas de coordenação e cooperação multilateral regional. As motivações conducentes à participação em acções multilaterais de cooperação em nome da solidariedade regional, dos equilíbrios de poder entre parceiros africanos ou da afirmação regional de certos estados no continente, coexistem com o desenvolvimento, no seio das organizações regionais, de formas de soberania partilhada, de práticas de cooperação com base em métodos de coordenação interna assentes em processos de consulta mútua, deliberação e negociação intergovernamental. Estes têm de igual modo sido fomentadores do trabalho conjunto e combinado entre forças militares, cujo relacionamento no passado se caracterizou por rivalidades nacionais, “clivagens étnico-sociais”<sup>2</sup> ou por um elevado nível de competição intra-regional, comprometedor dos esforços de mediação entre actores locais e internacionais.

A tendência para a regionalização das crises que ocorrem em África, afectadas pela proliferação de guerras de proximidade é agravada pelo limitado registo de alternância política caracterizada por eleições livres e inclusivas, pela multiplicação excessiva de forças partidárias que fraccionam o sentido de voto, pela marginalização de segmentos da sociedade civil afastados da participação na vida política e na reconciliação e construção do Estado e da nação. Estes fenómenos constroem não apenas o desempenho das Forças Armadas dos Estados, mas também limitam a intervenção de organizações regionais e internacionais na promoção de reformas do sector de segurança e comprometem acções de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes quer na vida civil, quer em Forças Armadas nacionais, casos da Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Chade, Somália ou Sudão. Estes condicionalismos impostos à alternância política não só afectam a qualidade da governação de alguns Estados, como impedem um efectivo controlo democrático das Forças Armadas.

Missões da UE	Mandatos	Duração
Operação Artemis RDC	Força interina multinacional de emergência. Estabilização e melhoria da situação humanitária em Bunia. Protecção do aeroporto e de refugiados. Protecção da população civil.	Junho 2003 - Setembro 2003
EUPOL Kinshasa	Missão de apoio à constituição de uma força policial nacional.	Abril 2005 - Junho 2007
Apoio da UE à AMIS II Sudão	Apoio à União africana nas áreas do equipamento, planeamento, assistência técnica, treino de forças policiais, capacidades de observação através de meios aéreos e apoio no transporte aéreo tático e estratégico.	Julho 2005 - Dezembro 2007
EUSEC Congo	Reforma do sector da segurança. Modernização da administração das Forças Armadas.	Junho 2005 - presente
EUFOR RD Congo	Apoio à salvaguarda do processo eleitoral da responsabilidade da ONU (MONUC). Protecção da população civil e do aeroporto de Kinshasa. Força de protecção do pessoal da missão da UE e respectivas instalações. Evacuação de civis em situação de emergência.	Junho 2006 - Novembro 2006
EUPOL RD Congo	Apoio, aconselhamento e monitorização das autoridades congolezes no quadro do combate ao desrespeito pelos direitos humanos e violência sexual.	Julho 2007 - Junho 2008
EU Naval Operation Atalanta	Combate à pirataria e assalto armado no mar. Protecção prioritária de navios no apoio ao <i>World Food Programme</i> . Protecção da navegação.	Novembro 2008 - presente
EUFOR Chade/República Centro Africana	Força conjunta de protecção a campos de refugiados. Facilitação da distribuição de ajuda humanitária. Protecção de pessoal, instalações e equipamentos da ONU. Assegurar a liberdade de circulação de elementos da missão.	Março 2008 - Março 2009
EUSSR Guiné-Bissau	Missão de apoio à reforma do sector de segurança.	Fevereiro 2008 - Maio 2009
EUTM Somália	Apoio no treino às forças de segurança (no Uganda) e forças militares somalis.	Maio 2010 - presente
EUCAP Nestor	Missão de treino e apoio ao reforço de capacidades marítimas dos oito países do Corno de África e Índico Ocidental.	Julho 2012 - presente
EUCAP Sahel Niger	Fomento e reforço de capacidades de segurança das forças nigerianas (polícia, <i>gendarmérie</i> e guarda nacional) no combate ao terrorismo e crime organizado.	Julho 2012 - presente
EUTM Mali	Treino de forças policiais e militares.	Janeiro 2013 - presente

Missões da União Europeia em África. Fonte: Compilação das autoras.

Missões da UA	Principais responsabilidades	Observações
<b>UNAMID:</b> Missão híbrida da União africana/ Nações Unidas no Darfur. Julho de 2007 - presente.	Apoiar a implementação dos Acordos de cessar-fogo de 2004 e os Acordos de Paz do Darfur de 2006. Prevenir ataques armados, proteger civis e contribuir para a segurança da distribuição da ajuda humanitária.	Primeira missão híbrida NU/UA – surge após a recusa do presidente sudanês em aceitar a presença de uma missão de paz unicamente da ONU.
<b>AMISON:</b> Missão da União africana na Somália. Janeiro 2007 - presente.	Providenciar apoio às instituições federais de transição Somali. Facilitar a distribuição de ajuda humanitária. Criar condições necessárias para a reconstrução, reconciliação e o desenvolvimento sustentável da Somália.	Absorveu a IGASOM (Missão de apoio à Paz na Somália), tentativa do IGAD em projectar uma força de manutenção de paz na Somália.
<b>MICOPAX:</b> Missão para a consolidação da paz na República Centro africana. Julho de 2008 - presente.	Assegurar condições de segurança no país, incluindo para o programa de DDR, a reestruturação da RSS, a reconstituição institucional e para os processos eleitorais de 2011. Contribuir para o processo de reconciliação nacional, assegurar a protecção de civis, coordenar a ajuda humanitária e participar na luta contra doenças endémicas como a SIDA.	Iniciativa da Comunidade Económica dos Estados de África Central (ECCAS em inglês). Missão fortemente financiada a nível multilateral pela UE e a nível bilateral pela França.
<b>AMIB:</b> Missão da União Africana no Burundi. Abril 2003 - Maio de 2004.	Supervisionar e monitorizar a implementação dos acordos de Paz de Arusha. Apoiar o cessar-fogo e os programas de DDR.	Substituída pela ONUB (NU).
<b>AUSTF:</b> Força Especial da União africana. Novembro 2006 - Dezembro 2009.	Absorveu algumas das responsabilidades da ONUB, incluindo a protecção das facções e membros do governo do Burundi. Assegurar o DDR incluindo protecção dos desmobilizados e centros de recolha de material.	Contingente da África do Sul sob mandato da UA que permaneceu no Burundi após a saída da ONUB (NU).
<b>AMIS:</b> Missão da União africana no Sudão (Darfur). Maio de 2004 - Dezembro 2007.	Monitorizar e observar o cumprimento do cessar-fogo de Abril de 2004 no Darfur. Contribuir para a segurança da distribuição da ajuda humanitária e o regresso de refugiados e deslocados internos.	Foi absorvida pela UNAMID (UA/NU).
<b>AMISEC:</b> Missão da União africana para Apoio às eleições nas Ilhas Comores. Março - Junho de 2006	Assegurar a segurança, apoio técnico, logístico e financeiro, das eleições presidenciais de 2006. Englobou uma força de protecção militar, uma unidade de apoio civil, observadores militares e um contingente policial.	Quarta missão africana de paz para as Comores (as três primeiras foram autorizadas pela OUA – OMIC I, II e III).
<b>MAES:</b> Missão de Assistência eleitoral e segurança nas Comores. Maio 2007 - Outubro 2008.	Assegurar o bom funcionamento das eleições de 2007 nas Comores.	Mediante o agravar da situação, em Março de 2008 interveio militarmente para repor a ordem constitucional.
<b>AULMEE:</b> Missão de ligação da União africana para a Etiópia/Eritreia. Outubro 2000 - 2008.	Apoiar a UNMEE (NU). Monitorizar a implementação do acordo de cessar-fogo de 2000.	Criada pela OUA como OLMEE (Missão de Ligação da Organização da Unidade africana para a Etiópia/Eritreia), em 2002 com a UA tornou-se na AULMEE.
<b>FOMUC:</b> Força Multinacional na República Centro Africana. Outubro 2002 - Julho 2008.	Proteger o governo em exercício contra novos golpes de estado e rebeliões. Assegurar a segurança e acesso ao aeroporto. Reestruturar as FA. Consolidar a paz, segurança e estabilidade no país. Monitorizar o processo de transição e reconciliação após o golpe de Estado de 2003. Apoiar as eleições de Maio de 2005.	Iniciativa da Comunidade Económica e Monetária de África Central (CEMAC). Substituída pela MICOPAX em Julho de 2008.
<b>ECOMICI:</b> Missão da CEDEAO na Costa do Marfim. Novembro 2002 - Abril de 2004.	Monitorizar o cessar-fogo. Contribuir para a implementação do acordo de paz. Garantir a segurança dos rebeldes, observadores e pessoal humanitário.	Foi absorvida pela ONUCI (NU).
<b>ECOMIL:</b> Missão da CEDEAO na Libéria. Setembro - Outubro de 2003.	Contribuir para a implementação do cessar-fogo de Agosto de 2003.	Segunda missão da CEDEAO na Libéria: a primeira esteve no país de 1990 a 1998.

**Missões da União africana (ou aprovadas pela UA).** Fonte: Compilação das autoras.

Paralelamente, é de notar que as acções de cooperação regional ou internacional no quadro de projectos de reforma do sector de segurança e do desarmamento, desmobilização e reintegração só poderão ter um efeito estabilizador, no seio das sociedades africanas, se atenderem aos particularismos das “dinâmicas locais”<sup>3</sup> e forem capazes de efectivamente assegurar a continuidade de compromissos estruturantes de longa duração, nos quais as Forças Armadas são parte importante no garante da paz e estabilidade, facilitadoras dessa mesma estruturação.

### A estabilização futura da África subsaariana

O fomento e perpetuação da paz e estabilidade na África subsaariana dependerão da coexistência de condições que melhorem a adequabilidade das missões regionais no quadro da segurança, ao perfil das sociedades a que se destinam e às instituições e estruturas das Forças Armadas nacionais. No que concerne à conciliação entre os Estados, as FA e as organizações regionais e internacionais, estas condições podem resumir-se a três planos de reflexão: o político, o da segurança e o das organizações.

No plano político importa compreender o elevado grau de interdependência entre a qualidade da alternância política e dos processos eleitorais, e o nível de estabilidade e segurança subsequentes. Neste contexto há que desenvolver as dimensões funcionais dos Estados numa efectiva articulação entre o plano da segurança,

do Estado e do reconhecimento da sua legitimidade para representar e actuar. Esta articulação deve ser complementada pelo apoio internacional e regional aos promotores locais de mudanças positivas. A nível internacional, o contributo da União Europeia para a promoção da paz e segurança em África é um exemplo a destacar.

“  
As motivações [...] à participação em acções multilaterais de cooperação [...] coexistem com o desenvolvimento [...] de formas de soberania partilhada [...]”

No plano da segurança é necessário desenvolver uma cultura de RSS, que compreenda as dimensões da segurança, da justiça e dos assuntos internos enquadradas por um reforço da legitimidade das instituições e capacidade local para implementar reformas estruturais. Os projectos de DDR devem ser articulados com projectos de reconstrução e desenvolvimento sustentável, com o apoio de FA legitimadas pelo controlo democrático e aptas a desenvolver capacidades preventivas e transformativas no apoio a processos de intervenção regional<sup>4</sup>.

No plano das organizações deve-se em primeiro lugar promover o equilíbrio entre a governação

e a apropriação local como parte integrante de processos de estabilização e pacificação do continente, capazes de fomentar a vontade política e a capacidade militar para cooperar com outros parceiros regionais. Em segundo, fortalecer as instituições e o controlo sobre mecanismos de financiamento de missões em estreita associação com projectos em curso de ajuda ao desenvolvimento e de auxílio humanitário. Em terceiro, evitar adoptar metodologias standardizadas de intervenção na pacificação e estabilização em situações de crise e conflito, promovendo-se com base em lições aprendidas aquelas que melhor se adequem às realidades e estruturas locais. ■

#### Notas

- <sup>1</sup> O artigo refere-se apenas ao contexto da África subsaariana.
- <sup>2</sup> HELLY, Damien (2012) — “EU engagement in the Sahel: lessons from Somali and AfPak”. *Policy Briefs*, n.º 9-30 Novembro, disponível em [http://www.iss.europa.eu/fr/publications/detail-page/article/eu-engagement-in-the-sahel-lessons-from-somalia-and-afpak/](http://www.iss.europa.eu/fr/publications/http://www.iss.europa.eu/fr/publications/detail-page/article/eu-engagement-in-the-sahel-lessons-from-somalia-and-afpak/)
- <sup>3</sup> BISCOP and COELMONT (2013) — *Security Policy Brief*. Brussels, Egmont Institute, 42, January, p. 2.
- <sup>4</sup> HAUCK, Volker e GASPERS, J. (2006) — “Capacity Building for Peace and Security: A Look at Africa”. *Expert Paper Five*, Peace and Security, Secretariat of the International Task Force on Global Public Goods, Maastricht: ECDPM (p. 143).